



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVO - RS

INTRODUÇÃO

O desempenho da rede estadual nas séries iniciais e nas séries finais do ensino fundamental, em ambos assumindo o 9º lugar, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tem provocado constante notícia e questionamentos sobre o lugar da rede estadual no *ranking* das avaliações nacionais padronizadas.

Esses questionamentos permitem ao governo do Estado interrogar-se sobre as condições objetivas da existência que perpassam esses dados quantitativos tão amplamente divulgados, e que segundo a mídia “*coloca em xeque algumas suposições sobre como garantir qualidade do ensino*” (ZH, 27/2/2011, p. 36, Geral: O X da educação).

É fundamental investigar o contexto (social, institucional, cultural) onde esses indivíduos, referências nas combinações de provas padronizadas e taxas de aprovação nas escolas, estão inseridos. Portanto, interessa avaliar a bifurcação dessa trajetória constituída de dados quantitativos, mas também de informações qualitativas que a eles dão sentido; interessa igualmente compreender o que ocorre com esse sujeito antes de se tornar um percentual coletivo e após as realizações das testagens.

Pretende-se com o ***Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo (SEAIP-RS)***, construir diagnóstico que permita compreender e decifrar aquilo que está além do que o IDEB tem mostrado sobre a realidade do Estado e, com isto, ultrapassar o limite da quantificação da escola pública, por meio de um olhar detalhado do que ocorre no interior da rede estadual de educação considerando suas diferentes instâncias (escola, Coordenadorias Regionais da Educação-CREs e órgão central-SEDUC), características e necessidades, os pontos de vista sobre o desempenho obtido e as condições que provocaram um determinado resultado.

“...não basta para a escola criar mecanismos de controle que se limitem à construção de avaliações que apresentam dados referentes ao quanto os alunos aprenderam individualmente, ou que consigam expressar como a instituição está conseguindo efetivar sua função (por mais válido e relevante que seja)”. (FLORISE, 2008, p. 4).



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Todavia, muitas vezes, quando o Estado constitui mecanismos, especialmente via testes padronizados, o seu esforço para produzir igualdade na educação acaba degradando a aprendizagem para todos, por si só, não conseguindo interferir na realidade educacional das escolas, a não ser por uma das tantas faces que a avaliação educacional apresenta, desconsiderando dessa forma a possibilidade de ações concretas e objetivas para melhoria da aprendizagem do aluno e da ensinagem do educador. Por essa razão utilizar-se-á nesta proposta a abordagem qualitativa, relacionando e interpretando os dados obtidos na *Avaliação Institucional Participativa*.

Entende-se que é a avaliação institucional Participativa e não a avaliação individual que fornecerá as informações necessárias na mudança de rumo da educação pública estadual, posto que as avaliações individuais já sejam aplicadas por meio das provas de cunho nacional que são a base para as estatísticas oficiais. Não há por que nem se justifica o Estado investir retrabalho naquilo que já é feito nacionalmente.

O Sistema de Avaliação Institucional Participativo possibilitará ao mesmo tempo uma leitura sociológica da localidade e uma análise microsociológica da escola-CRE-SEDUC, já que essas instâncias educacionais se constituem, precisamente, nos lugares que são geradas as políticas educacionais, organizam-se a vida concreta dos indivíduos e onde se manifestam os contrastes da sociedade. A análise se faz com os indivíduos envolvidos no processo, já que os sujeitos do contexto são os melhores conhecedores da realidade. Em suas experiências cotidianas eles explicitam conceitos que permitem teorizar sobre aquela realidade e suas produções.

Nessa direção: ***“...a avaliação democrática implica a utilização de indicadores, meios de coleta de informação, mensuração e atribuição de valor que sejam compreensíveis e reconhecidos como relevantes pelo conjunto de pessoas que se quer envolver, métodos e instrumentos que apóiem o diálogo e a participação.”*** (RIBEIRO, 2005, p. 233).

Assim, o **SEAIP-RS** permite um percurso de análise que visa “desnudar” o que está por de trás dos dados camuflados por percentuais que banalizam a complexidade do trabalho educativo de quem “*professa*”, cotidianamente, na escola. Contudo, cabe explicitar alguns objetivos específicos que se colocam nesta proposta:



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- a) Estabelecer um conjunto de indicadores fundamentais aplicáveis por meio de uma metodologia participativa, que favoreça a produção de esforços coletivos na efetivação de uma escola de qualidade social e ajude na tomada de decisão necessária na área da política educacional do Estado.
- b) Propiciar as escolas estaduais, CREs e SEDUC uma base técnica de perspectiva participativa na realização de avaliação institucional com vistas às reorganizações periódicas a fim superar as limitações constatadas.

O Sistema de Avaliação Institucional Participativo aqui proposto aparece então como uma aproximação diagnóstica partilhada, parte do desenvolvimento educacional resultante de um processo de planejamento, ação, acompanhamento, monitoramento e qualificação da realidade avaliada, o que faz do sistema de avaliação uma estratégia inteligente de produção de conhecimento sobre a educação pública do Estado. Evidentemente, essa produção reconhece que todos têm o direito de aprender, não para aprender fixado no passado, mas em um mundo aberto e dinâmico, de possibilidades, de caminhos não tão lineares e reforçando que o futuro está em construção.

Propor a organização de um Sistema de Avaliação Institucional Participativo é pensar um “sistema de problematização” do sentido da Instituição (seu trabalho, suas referenciais, suas relações, sua gestão), de relativizar suas certezas e promover possibilidades. É programar um movimento contínuo e concentrado dos sujeitos no que tange as análises e apreciações em torno da realização dos objetivos educacionais das diferentes instâncias da rede estadual, para reorganizar as decisões, as práticas e prestar contas à sociedade.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

I – DIMENSÕES, INDICADORES E DESCRITORES A SEREM CONSIDERADOS NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA:

As Dimensões, os Indicadores e os Descritores da qualidade na educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da educação, considerando o posicionamento do Conselho Estadual de Educação (CEE) contido no Parecer 323/99 abaixo transcrito:

"A qualidade- compreendida como resultante do nexos entre recursos materiais, organização administrativa, qualificação dos docentes, planos de estudos e processos didático-pedagógicos empregados - refoge de tentativas de estabelecimento de padrões absolutos e precisa ser referida à situação concreta de cada escola, enquanto única, culturalmente situada e condicionada. Quaisquer indicadores de qualidade que venham a ser utilizados - como índices de evasão e repetência, resultados de avaliações internas ou externas - ganham significados efetivos, quando referidos, não a indicadores absolutos, mas a indicadores produzidos pela própria unidade escolar, ao longo do tempo, buscando sua interpretação sob uma ótica nitidamente diacrônica". (CEE, 1999, pp.16-17)

As dimensões, indicadores e os descritores aqui apresentados baseiam-se, também, nas orientações de várias organizações governamentais e não governamentais: Ação educativa, Unicef, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Inep, Campanha Nacional pelo Direito à educação, Centro de estudos e pesquisa em educação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Conselho Nacional dos secretários de educação, Fundação Abrinq, Fundescola-MEC, Seif-MEC, Seesp-MEC, Caise-MEC, PAR-MEC, IBGE, Instituto Pólis, Ipea, Undime e Uncme. É, portanto, resultado de extensa parceria entre organizações comprometidas com a melhoria contínua da qualidade da escola.

Para facilitar a visualização do que propomos é necessário conceituar o que entendemos por Dimensão, Indicadores e Descritores:

As Dimensões são os aspectos mais gerais que fazem a integração das esferas institucional macro e micro, cuja ênfase são as grandes características ou traços institucionais e que no seu conjunto organizam uma identidade que serão avaliados, tais como ambiente de trabalho, prática pedagógica, prática da avaliação, gestão institucional, formação, condições de trabalho, ambiente físico da instituição, e acesso permanência e sucesso na escola.



Cada Dimensão é composta por **Indicadores** que revelam algum aspecto peculiar daquela dimensão, portanto os indicadores são a expressão das situações de realidade a ser observada, avaliada e analisada.

Os **Descritores** são os desdobramentos e os detalhamentos dos indicadores que apontam a qualidade e gradação (dos pontos fortes aos mais fracos) das condições da existência de cada indicador (aponta como aquele indicador estaria bem ou mal), assim os descritores manifestam-se como critérios de avaliação que auxiliam no acompanhamento do processo educacional.

1. Visão Geral sobre as Dimensões, Indicadores e Descritores orientadores da avaliação institucional participativa.

As Dimensões, os Indicadores e os Descritores são definidos como elementos importantes de determinada realidade e que ajudam na sua visão diagnóstica. O conjunto dos aspectos a serem observados é:

Na dimensão 1: Ambiente de trabalho

- 1) Relações e solidariedade
- 2) Prazer pelo ambiente de trabalho
- 3) Respeito ao outro
- 4) Combate a discriminação
- 5) Princípios de convivência
- 6) Respeito aos direitos das crianças e adolescentes

Na dimensão 2: Prática Pedagógica

- 7) PPP conhecida e definida por todos
- 8) Planejamento e material didático
- 9) Processo de ensino contextualizado
- 10) Variedades das estratégias e recursos de ensino
- 11) Incentivo a autonomia
- 12) Incentivo ao trabalho coletivo
- 13) Práticas de inclusão

Na dimensão 3: Prática de Avaliação

- 14) Monitoramento do processo de aprendizagem
- 15) Mecanismos de apoio no percurso escolar dos alunos
- 16) Participação dos alunos na avaliação de sua aprendizagem
- 17) Avaliação do trabalho dos profissionais da instituição



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

18) Interpretação e Uso dos indicadores oficiais de avaliação e dos resultados específicos da Instituição.

Na dimensão 4: Gestão Institucional

- 19) Socialização da informação
- 20) Atuação do conselho escolar
- 21) Participação dos alunos, pais, funcionários e professores
- 22) Parcerias locais e Estabelecimento de Redes
- 23) Tratamento aos conflitos que ocorrem no cotidiano da Instituição.
- 24) Participação da Instituição em programas e/ou projetos de qualificação da educação

Na dimensão 5: Formação

- 25) Formação Inicial
- 26) Formação Continuada

Na dimensão 6: Condições de trabalho

- 27) Suficiência da equipe de trabalho
- 28) Assiduidade e Estabilidade dos profissionais
- 29) Acesso e uso de Tecnologias da Informação
- 30) Alimentação
- 31) Calendário escolar
- 32) Ruídos e sons

Na dimensão 7: Ambiente físico da Instituição

- 33) Instalações físicas gerais
- 34) Equipamentos
- 35) Pátio escolar
- 36) Espaço para prática de esporte
- 37) Sala de aula
- 38) Pintura
- 39) Laboratórios e Bibliotecas
- 40) Plantas, árvores, flores
- 41) Tratamento do lixo
- 42) Acessibilidade
- 43) Prédio e salas



Na dimensão 8: Acesso, permanência e sucesso na escola

- 44) Frequência dos alunos (números de faltas)
- 45) Abandono e evasão
- 46) Apoio aos alunos com defasagem e dificuldade de aprendizagem
- 47) Atenção as famílias dos alunos

Na dimensão 9: SEDUC e CRE

- 48) Programas e Projetos
- 49) Comunicação e atendimento as necessidades das escolas e comunidades.
- 50) Plano e Política Educacional

2. Dimensões, Indicadores e Descritores: Descrições e detalhamentos na realização da avaliação institucional participativa.

Os Indicadores serão pontuados e justificados segundo os Descritores apresentados cuja descrição retratará cinco (5) gradações diferentes, conforme a seguinte explicitação:

Valor 5 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação ideal** de sua existência objetiva, mostrando o Indicador em estado de excelência, e que, portanto, já se encontra na condição desejada.

Valor 4 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação muito boa** da sua existência objetiva, mostrando que aquele indicador necessita pequena mudança, mas que caso não ocorra essa mudança isso não interfere em seu “estado da arte”.

Valor 3 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação boa** de sua existência objetiva, mostrando que aquele indicador apresenta um potencial de mudanças para que se aproxime da condição desejada.

Valor 2 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação precária** de sua existência objetiva, com os aspectos negativos sendo predominantes e que necessitam medidas imediatas para superação desta condição.

Valor 1 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação crítica** de sua existência objetiva existindo apenas aspectos negativos, por essa razão necessitariam intervenções e mudanças estruturais para superação desta condição.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

NSA – Não se aplica – Indicador em que não existe possibilidade de avaliar por falta de informação ou por que ele não se aplica a escola.

Abaixo, apresenta-se uma exemplificação:

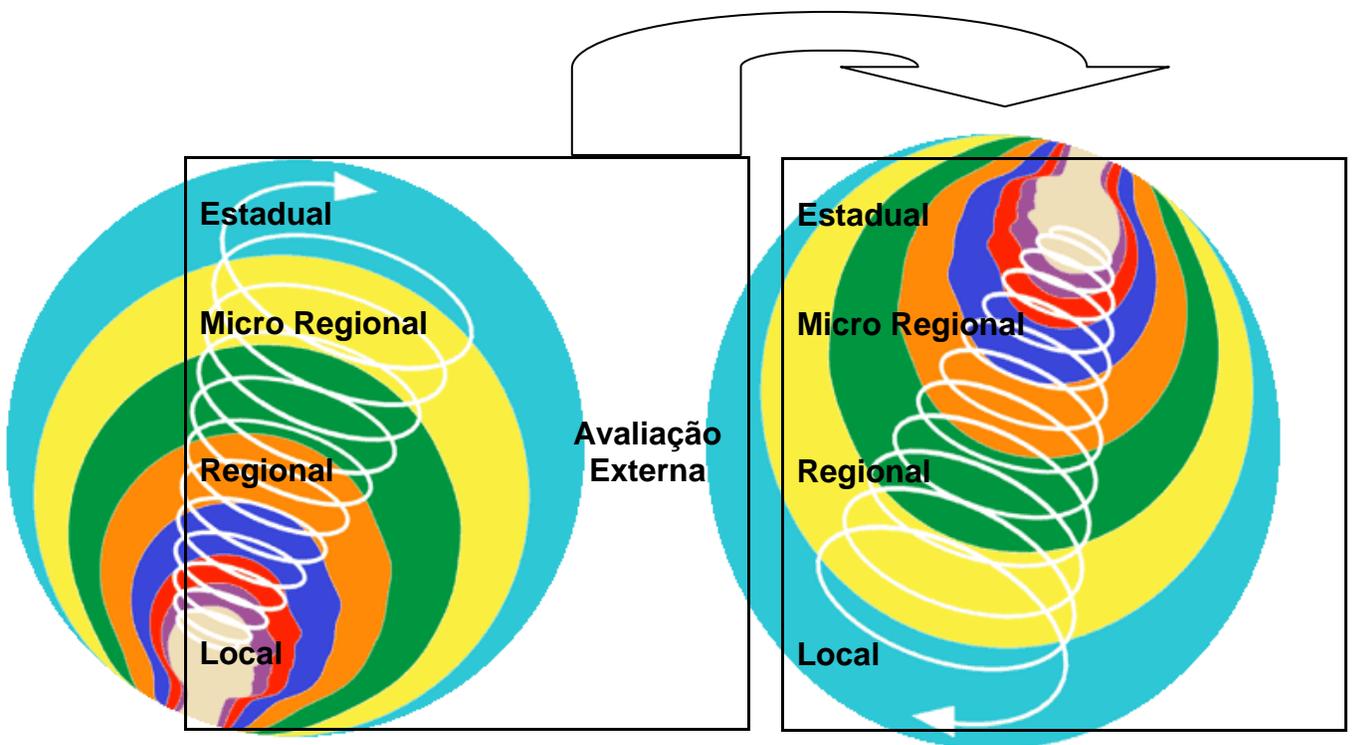
Dimensão 4: Gestão Escolar						
Indicador	Descritor	Pontuação				
		1	2	3	4	5 NSA
21 Participação dos alunos, pais, funcionários e professores.	<p>5. Existe participação atuante e efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, com uma grande mobilização e adesão.</p> <p>4. Existe participação sistemática, porém fica restrita as pessoas que representam os segmentos da comunidade escolar, embora atuantes.</p> <p>3. Existe participação, porém fica restrita as pessoas que representam os segmentos da comunidade escolar mobilizados por convites e/ou convocações e são pouco atuantes.</p> <p>2. Não existe participação de todos os segmentos da comunidade escolar, sendo em geral restrita apenas ao segmento que mantém vínculo empregatício com o Estado.</p> <p>1. Não existe participação dos segmentos da comunidade escolar.</p>					
JUSTIFICATIVA:						



II - ASPECTOS METODOLÓGICOS: APROXIMAÇÕES DOS SUJEITOS, REALIZAÇÕES COLETIVAS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS.

1. Fases do Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo

Propõe-se organizar os espaços de discussão, os espaços de falas, as práticas necessárias para operacionalizar o SEAIP-RS, metaforicamente, na modalidade “espiral”, em dupla direção, conforme esquema abaixo:



Esse movimento supõe o reconhecimento da diversidade de pontos de vista, que pode advir criador; defesa da **transversalidade** entre sujeitos (indivíduos, grupos, coletivos, comunidades); instalação das condições de diálogo dentro da rede em todos os níveis; questionamento dos resultados a partir de diferentes perspectivas e lógicas, perquirindo a cada fase novos graus de complexidade na análise das informações.

Como visualiza-se pelo esquema anterior o SEAIP-RS preconiza um caminho de mão dupla, que começa com a avaliação local e a ele retorna, após um movimento de reflexão e aprofundamento, com os resultados e informações.

Abaixo, indicam-se as fases do SEAIP-RS:

a) Fase Local:

Cada escola criará o seu **“Grupo Avaliação Institucional Participativa”** (GAIP), composto de um representante de cada segmento da comunidade escolar, que coordenará e mobilizará o processo de avaliação institucional na unidade escolar. Caso a escola tenha Conselho Escolar o GAIP será composto por membros do conselho.

Esse grupo organizará encontros para que a avaliação institucional seja formalmente realizada e enviará a produção da escola para a CRE.

b) Fase Regional/Microregional:

A CRE, também, indicará o seu **“Grupo de Acompanhamento de Avaliação Institucional Participativa”** (GAAIP), com o objetivo de acompanhar as avaliações institucionais realizadas em cada unidade escolar, realizar a avaliação institucional da CRE e de organizar os resultados regionais e encaminhará para SEDUC.

c) Fase Estadual:

A SEDUC comporá o seu **“Grupo de Monitoramento da Avaliação Institucional Participativa”** (GMAIP), com o objetivo de monitorar as avaliações institucionais realizadas em cada unidade escolar, nas CREs, de coordenar a avaliação dentro do órgão central e de enviar à Universidade para realização da interpretação externa dos dados produzidos nas diferentes fases.

d) Fase da Avaliação externa

Universidade parceira realiza a interpretação externa dos dados produzidos nas diferentes fases.

Todas essas fases realizar-se-ão em um clima de respeito, confiança, fidelidade a realidade e Ética profissional.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2. Material de mediação da Avaliação Institucional Participativa

O principal material é um **“Um Itinerário para todos”** é um caderno-roteiro das dimensões e indicadores a serem avaliados. Esse roteiro permite avaliar nove (9) Dimensões compostas de cinquenta (50) indicadores, e deverá ser respondido pelos diferentes segmentos da comunidade escolar, os profissionais que atuam nas CREs e na SEDUC. Para isso é necessário mobilizar os sujeitos que fazem parte das instituições, adequando o material tanto às crianças menores quanto aos deficientes que necessitam de apoio e instrumentos adequados para sua efetiva participação.

Visa, igualmente, fornecer as instituições informações necessárias para planejar e realizar a avaliação institucional participativa, indicando os principais procedimentos e produções à realizar.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

CASASSUS, Juan. *A escola e a Desigualdade.* Brasília: Editora Plano:Inep, 2002.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer CEED nº 323/99, de 07 de abril de 1999 – Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para o Sistema Estadual de Ensino.*

DARLING-HAMMOND, L. & ASCHER, C. *Construindo Sistemas de Controle em Escolas Urbanas.* Estudos em Avaliação Educacional. v. 17, n. 35, set/dez de 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. *A qualidade da Educação: Conceitos e Definições.* Brasília, MEC:INEP, s/d.

FLORISE M. *avaliação institucional: é possível avaliar a escola democraticamente?* 2008....

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Planos de Metas Compromisso Todos pela Educação: Instrumento de Campo.* Brasília, DF, 2007.

RIBEIRO, Vera Masagão et alli. *Indicadores de qualidade para a mobilização da escola.* Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

UNICEF ET alli. *Indicadores da Qualidade na Educação*. São Paulo, Ação Educativa, 2004.

_____. *Caminhos do Direito de Aprender: Boas Práticas de 26 Municípios Que Melhoraram a Qualidade da Educação*. Brasília, DF: UNICEF, 2010.

ZERO HORA. Caderno Geral: *o X da educação: Salário nem sempre se traduz em ensino melhor*. Domingo, 27 de fevereiro de 2011, pp. 36-37.